

RESOLUÇÕES POLÍTICAS

I. O FIM DE UM CICLO

1- A aprovação da emenda da reeleição reafirmou a força do compromisso histórico conservador que levou FHC à Presidência, apoiado na mais ampla coalizão das classes dominantes de nossa história republicana. FHC foi a solução das elites empresariais e políticas para retomar o projeto neoliberal, impedir a eleição de Lula e a adoção de um programa democrático e popular de enfrentamento da crise nacional.

2- A cada dia, acentua-se sua face autoritária, expressa na ditadura das MP [Medidas Provisórias], nas tentativas de submeter o Judiciário e na cooptação fisiológica da maioria do Legislativo. O Governo FHC vem numa escalada de ações repressivas e de propaganda sistemática, procurando desqualificar e deslegitimar a oposição e os movimentos sociais. A proposta de legislação eleitoral do núcleo do poder é inaceitável. A questão democrática volta à ordem do dia.

3- A implantação do neoliberalismo no Brasil é um fenômeno tardio. Primeiro ensaiado por Collor, agora implementado por FHC, o ajuste neoliberal chegou tarde em função da resistência exercida pelo movimento sindical e popular e pelo impacto da CPI e do impeachment [de Collor]. Representa uma estratégia de inserção subordinada do País à economia internacional e desarticulação do Estado Nacional, que perde capacidade de indução, fiscalização e regulação da economia.

4- A política econômica centralizada na âncora cambial e na abertura comercial radical está promovendo um brutal processo de endividamento externo e interno, que fragiliza as finanças públicas e expõe o País aos ataques especulativos do capital financeiro internacional. A exclusão social avança, com a desarticulação de parte da estrutura produtiva, desemprego e precarização das condições de trabalho. A violência e a banalização da vida nos grandes centros urbanos vai projetando um cenário de desesperança e apartheid social para uma grande massa da população.

5- O PT, junto com as entidades de luta popular e com os demais partidos de esquerda e setores conseqüentes da sociedade civil, tem sido a grande força de oposição ao Governo FHC e ao neoliberalismo.

6- Este modelo revela-se incapaz de viabilizar o crescimento sustentável e enfrentar a pobreza. Os resultados eleitorais recentes na Europa e alguns países latino-americanos mostram sinais de enfraquecimento da estratégia conservadora. Os anos de 1997/98 poderão valer por uma década.

7- Este ENPT decide, desde já, articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo capazes de constituir uma frente de partidos, segmentos sociais, personalidades e entidades democráticas, construir um pólo de disputa e lançar as bases de um caminho alternativo para o nosso país. Este ENPT será decisivo para o lançamento de amplo movimento político-cultural em defesa do Brasil e por uma alternativa de desenvolvimento sustentável com justiça social. O avanço das lutas populares é o principal instrumento de resistência ao projeto neoliberal e

sustentação de alternativa de governo democrática e popular para o próximo período.

II. A DEMOCRATIZAÇÃO RADICAL DA SOCIEDADE E DO ESTADO

8- Somente uma revolução democrática será capaz de pôr fim à exclusão, às desigualdades sociais e ao autoritarismo que marcam nossa história, oferecendo uma alternativa concreta e progressista ao nacional-desenvolvimentismo, superado historicamente, e ao conservadorismo neoliberal.

9- A revolução democrática exige uma nova economia, capaz de assegurar a superação do apartheid social no Brasil e desencadear um processo de inclusão social, que elimine o dualismo resultante da concentração de riqueza nas mãos de poucos.

10- Uma tal revolução implica uma poderosa mobilização social, capaz de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, multiplicando os mecanismos de controle social do Estado pela sociedade.

11- Neste momento histórico, o projeto neoliberal de FHC, como já ocorreu em outros países do continente, tenta submeter o Poder Judiciário e o Poder Legislativo aos seus interesses imediatos, além de domesticar os grandes meios de comunicação de massa. O próprio pacto federativo está comprometido pela fragilização orçamentária dos governos estaduais, que perdem autonomia política e são submetidos ao processo de centralização de recursos fiscais e poder político do governo federal.

12- A primeira questão democrática é a construção do próprio estado de direito no País, com uma reforma profunda do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, além de enfrentar com coragem o fim dos monopólios dos meios de comunicação e a defesa dos direitos do consumidor.

13- A implantação do estado de direito deve estar acompanhada de mudanças ainda mais profundas, que assegurem mecanismos de participação direta da população nas decisões, como plebiscitos e referendos, e a constituição de novas esferas públicas não estatais, que permitam os mais diversificados mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado.

14- Esta democratização reivindica também um amplo movimento cultural, que combata todas as formas de discriminação. A questão do racismo contra a imensa população negra não pode mais ficar à margem dos grandes temas nacionais. O enfrentamento do machismo, que se manifesta na opressão cotidiana das mulheres, é uma questão fundamental para a democracia brasileira. Estamos próximos dos 500 anos de colonização e os povos indígenas jamais tiveram o reconhecimento de seus direitos e a demarcação efetiva de seus territórios. O Brasil precisa encarar também, sem qualquer preconceito, o tema das preferências sexuais e o respeito aos direitos dos homossexuais. A democracia exige o respeito às diferenças, a convivência com as múltiplas influências culturais de nosso povo e um novo padrão de civilização, das instituições e do cotidiano da sociedade civil.

III. UMA PRESENÇA SOBERANA DO BRASIL NO MUNDO

15- Para enfrentar a questão nacional, é necessária uma reforma do Estado e construir uma presença soberana do Brasil no mundo de hoje. Isso supõe uma política externa que estabeleça novas alianças internacionais e contribua para alterar as relações de força no mundo e para construir uma nova ordem mundial, justa e democrática. Por essa razão, rejeitamos o projeto da ALCA [Área de Livre Comércio das Américas], apresentado pelos EUA, e lutamos pela redefinição e reestruturação do Mercosul, visando ampla integração e parcerias.

16- Nossa presença soberana no mundo exige um projeto nacional de desenvolvimento e disposição de contribuir ativamente para construir um mundo diferente do atual, dominado por uma só potência e pelas organizações internacionais controladas de fato pelos EUA. O Brasil pode ser um pólo importante de questionamento do projeto neoliberal e articulador de alianças estratégicas com países como África do Sul, China, Índia e outras nações, que recoloquem na pauta a democratização radical dos organismos internacionais e a mudança nas relações econômicas, inaceitáveis, entre países pobres do Sul e o poder econômico e político crescente dos países ricos do Norte, em especial os EUA.

IV. UMA NOVA ECONOMIA SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIA, PARA ACABAR COM A EXCLUSÃO SOCIAL

17- Neste final de século, o neoliberalismo, acompanhado dos valores da concorrência selvagem, do individualismo e consumismo, é a expressão acabada da crise de civilização promovida pelo capitalismo. Temos o compromisso de construir uma perspectiva histórica anticapitalista, baseada numa nova relação entre ética, política e economia, comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário.

18- A tarefa fundamental da economia é a inclusão de milhões de brasileiros, hoje à margem da produção e do consumo. Queremos um modelo de desenvolvimento orientado para a produção de bens de consumo de massa e serviços públicos essenciais, que priorize as condições básicas da subsistência e cidadania.

19- O atual padrão de consumo, imposto pela globalização do capital, não é universalizável. Temos que construir novos valores, capazes de impulsionar uma economia do suficiente e da solidariedade. Não nos confundimos com o populismo irresponsável, que não define como se financia o crescimento, nem como são distribuídos os sacrifícios.

20- Temos também como horizonte a disputa do novo paradigma tecnológico e construção de uma economia competitiva, em novas bases e decisivamente orientada para a conformação de um amplo mercado de consumo de massas.

21- Este modelo exige um Estado forte e de ações estratégicas, com capacidade efetiva de arrecadação tributária, financiamento, indução ao investimento, fiscalização e regulação econômica, e que articule distribuição da renda e riqueza com crescimento sustentado. Esta nova economia terá que diversificar as formas de propriedade, valorizar a produção familiar, as experiências

de autogestão e o cooperativismo. A reforma agrária e a pequena produção familiar no campo são dimensões estratégicas deste novo caminho para o desenvolvimento.

22- O País não pode continuar concentrando de forma caótica amplas massas despossuídas nos grandes centros urbanos; a reforma agrária é uma urgência histórica.

23- O combate à exclusão e à miséria exige política ativa de emprego, com a redução da jornada de trabalho e ampla política de rendas centrada na valorização do salário. O emprego e o fomento às micro e pequenas empresas são objetivos permanentes e exigem a articulação dos setores dinâmicos e avançados tecnologicamente com os setores atrasados em tecnologia, mas socialmente relevantes na geração de postos de trabalho.

24- Novos mecanismos de poupança, financiamento e investimento domésticos são essenciais para esta nova estratégia, que terá no capital externo apenas uma dimensão complementar à atividade econômica. Teremos que romper a lógica imposta pela globalização do capital financeiro e pelos grandes oligopólios internacionais, que vulnerabilizam e comprometem qualquer estratégia de desenvolvimento nacional.

25- A fragilidade financeira do setor público exige o reequacionamento das dívidas interna e externa, a desprivatização radical do orçamento e sua canalização para a infra-estrutura estratégica e políticas sociais de educação e saúde, bem como um programa nacional de renda mínima.

26- A universalização da educação básica, com adoção da renda mínima e da bolsa-escola, o resgate da qualidade de ensino e da infra-estrutura tecnológica e científica são dimensões essenciais desta nova estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário.

V. ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA, DESESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EXCLUSÃO SOCIAL

27- O Plano Real tem assegurado o fim da inflação, um objetivo importante, econômica e socialmente, em um país submetido a um longo período de instabilidade inflacionária. Porém, é uma política de estabilização centrada na sobrevalorização cambial, um erro gravíssimo desde o início do programa, que, associado a uma política monetária de juros elevadíssimos, compromete parte importante da estrutura produtiva, vulnerabiliza externamente o País e fragiliza as finanças públicas. Esta política gerou, em 1996, um déficit de transações correntes no balanço de pagamentos superior a US\$ 24 bilhões e projeta, para 1997, um déficit aproximado de US\$ 35 bilhões.

28- O País está, crescentemente, dependente do capital financeiro internacional e vulnerável a um ataque especulativo, como no México, em 94, e recentemente nos pequenos Tigres Asiáticos. A dívida externa deu um salto para US\$ 178 bilhões e seu serviço dobrou com FHC. A dívida interna líquida passou de R\$ 85 bilhões para R\$ 269 bilhões, fragilizando as finanças públicas. O orçamento público está sendo comprometido pelo serviço da dívida interna, deteriorando os serviços sociais e arrojando o salário do funcionalismo, que está sem reajuste há quase três anos.

29- A política de juros elevadíssimos gerou inadimplência recorde, quebrou empresas e famílias e debilitou o sistema financeiro, socorrido pelo escandaloso Proer, que já liberou cerca de R\$ 23 bilhões. A política econômica tem mantido a estabilidade monetária à custa da desestabilização da economia brasileira, da desindustrialização de muitos setores, do esmagamento das micro, pequenas e médias empresas, do crescimento do desemprego e da precarização do trabalho.

30- O setor agrícola foi dramaticamente atingido, com a inviabilização de cerca de 400 mil empregos, além dos 750 mil postos de trabalho destruídos na indústria ao longo do Governo FHC.

31- Para saldar os compromissos financeiros crescentes, o governo lança mão de privatizações, destruindo o patrimônio nacional, sem que se formule uma estratégia de política industrial e desenvolvimento alternativo. O monopólio estatal dá lugar ao monopólio privado, sem mecanismos de regulação ou política de controle. O governo reduz sua intervenção à precária estabilidade monetária, sem projeto de desenvolvimento ou mesmo política industrial, agrícola ou de ciência e tecnologia.

VI. A RESISTÊNCIA POPULAR AO NEOLIBERALISMO

32- É contra esta estratégia econômica inconsistente e insustentável, e em oposição frontal ao autoritarismo que caracteriza o Governo FHC, que o PT vem lutando através das grandes mobilizações populares e ações institucionais de suas bancadas parlamentares.

33- Nos últimos dois anos, o PT e sua direção nacional priorizaram a mobilização popular e sindical de oposição ao Governo FHC e ao neoliberalismo. Nosso esforço esteve centrado na perspectiva correta de unificar a luta da CUT, do MST, da CMP e da Contag com os partidos de esquerda através da Frente de Oposições e da Conferência Terra, Trabalho e Cidadania.

34- A luta dos trabalhadores sem terra – do MST e da CUT/Contag – tem cumprido papel fundamental para desmascarar o Projeto FHC, que não comporta a reforma agrária. As manifestações no Pontal do Paranapanema, em SP, e principalmente a Marcha a Brasília e o dia 17 de abril revelaram nossa capacidade de mobilização e a força da luta pela reforma agrária.

35- O movimento sindical enfrenta grandes dificuldades tendo em vista a desconstrução de amplos setores da indústria, que atinge diretamente sua base social, mas já iniciamos uma nova fase, de retomada da luta sindical, como demonstram as manifestações anti-FHC no ABC e as comemorações do 1º de Maio deste ano, que apontam para uma inflexão nas lutas operárias e sinais de ofensiva política.

36- A repulsa da sociedade à política anti-social de FHC, agravada pelos ridículos oito reais de aumento do salário mínimo e pela tentativa do governo de roubar a pensão das viúvas, explodiu dia 25 de julho em todo o País.

37- O Grito dos Excluídos no dia 7 de setembro aponta para a continuidade da mobilização. O PT reafirma seu compromisso com a convocação de um Fórum Nacional de Entidades Democráticas e Populares e com a proposta da CUT de paralisação nacional em outubro.

38- Os governos do PT são uma frente importante de construção partidária e um eixo fundamental de disputa de hegemonia na sociedade. Nossas experiências de governo, submetidas a condições econômicas e políticas extremamente adversas, colocam novos desafios, que precisam ser enfrentados, para que o Partido acumule politicamente. Temos tido também situações de fragilidade na elaboração de políticas alternativas, crises de governabilidade e problemas na relação entre Partido e governos. O PT precisa aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento dos governos, construir formas de solidariedade e sustentação política dos governos de esquerda, mas também exigir o compromisso destes com o enfrentamento ao projeto neoliberal. As experiências de orçamento participativo, a ética na gestão da coisa pública, as formas de participação popular, a bolsa-escola e o compromisso com as políticas sociais, a inversão de prioridades, vão projetando caminhos novos para o exercício do poder local em direção ao grande desafio histórico de construção de um modelo alternativo ao neoliberalismo e de desenvolvimento sustentável e solidário.

VII. DA RESISTÊNCIA A UM GOVERNO A UM NOVO GOVERNO QUE ROMPA COM O NEOLIBERALISMO

39- Nosso grande desafio histórico é articular a resistência popular à perspectiva de um novo governo comprometido com um projeto alternativo de desenvolvimento, que rompa com a lógica neoliberal. A herança do governo neoliberal de FHC será muito pesada: uma grande fragilidade externa e das finanças públicas, a desarticulação de uma parcela importante do sistema produtivo e imensas demandas sociais, especialmente por trabalho e políticas sociais básicas. Poderemos ter, inclusive, uma grave crise cambial, antes ou, mais provável, depois das eleições de 1998, a exemplo do México.

40- Desmontar a armadilha da âncora cambial-juros altos é nossa primeira tarefa. O País precisa reduzir suas taxas de juros e constituir novos mecanismos de financiamento da produção. Isto só será possível se superarmos a sobrevalorização cambial, mesmo porque a manutenção desta política cambial significa expor o País a uma situação de elevado risco frente a um ataque especulativo da moeda, que comprometerá a própria estabilidade monetária, impondo uma profunda recessão à economia brasileira.

41- A um novo governo caberá definir uma política de transição, que desmonte a lógica neoliberal e proteja a produção e os setores mais fragilizados da população. Será decisivo o alongamento do perfil da dívida interna e a redução das taxas de juros, para aliviar a pressão financeira sobre o orçamento público, das empresas e famílias. Será preciso reintroduzir no cenário internacional o tema da dívida externa, porque o endividamento crescente do continente é insustentável, como demonstrou toda a década de 80. A manutenção desta estratégia econômica tende a conduzir o País a uma nova crise cambial, que recolocará a histórica questão da suspensão do pagamento da dívida externa.

42- A abertura comercial deve ser racionalizada, com a utilização de salvaguardas, e articulada a uma política industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico. Não queremos a volta do protecionismo cartorial, e também não

aceitamos a abertura selvagem ou o casuísmo que favorece os lobbies mais próximos ao Governo FHC. O País precisa de uma política de comércio exterior vinculada a um projeto de desenvolvimento sustentado.

43- Com imensas restrições orçamentárias, o País precisará de uma profunda reforma tributária e fiscal e a canalização dos recursos disponíveis para o financiamento da infra-estrutura e políticas sociais e de emergência.

44- É preciso também reconstruir o pacto federativo, rompido pela política de centralização tributária promovida pelo Fundo de Estabilização Fiscal, juros altos e sucateamento dos serviços públicos. A renegociação efetiva da dívida dos estados e novos padrões de financiamento são essenciais para a autonomia política dos estados.

45- Este processo de transição, que imporá desafios ao País, deve ser orientado em direção aos novos objetivos estratégicos de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, impulsionar um desenvolvimento econômico sustentável e solidário, orientando para um mercado de consumo de massas e serviços públicos essenciais.

46- A reforma agrária, a reforma urbana acompanhada de um amplo programa de habitação popular, o estímulo à pequena produção familiar no campo e o fomento à agricultura de alimentos e as políticas de universalização da educação, com a bolsa-escola, e saúde pública são os objetivos econômicos e sociais básicos da transição.

47- No plano político, é necessário um programa corajoso de democratização do Estado, começando por corrigir as distorções no sistema de representação da Câmara [Federal] e Senado, eliminando o peso do poder econômico nas eleições por meio do financiamento público das campanhas e estabelecendo uma lei de fidelidade partidária. É preciso garantir o acesso de todos à Justiça, além de fazê-la mais rápida e imparcial, inclusive introduzindo o controle externo.

48- A prioridade na segurança pública é a defesa da cidadania, o que exige a imediata unificação e desmilitarização das polícias. É fundamental combater a violência policial, com o fim da Justiça Militar, e assegurar o respeito aos direitos humanos.

49- Aqui devem ser incorporadas reivindicações de todos os setores da sociedade que sofrem formas específicas e agudas de discriminação.

50- Democratizar o Estado significa torná-lo mais transparente e socialmente controlado. Essa é a receita para combater a corrupção, hoje componente estrutural do sistema.

51- A radicalização da democracia passa por uma regulamentação do uso de MP e pela utilização de consultas populares, como plebiscitos e referendos.

52- A construção democrática deve garantir o acesso de todos aos meios de comunicação, eliminando o virtual monopólio hoje existente.

53- É fundamental, finalmente, democratizar as relações de trabalho desde o chão da fábrica até os grandes cenários nacionais. E reconstruir a legislação, que impeça as distintas formas de flexibilização das relações trabalhistas, reforce a negociação e o contrato coletivo de trabalho e garanta a autonomia e representatividade dos sindicatos. O mundo do trabalho merece uma verdadeira política de emprego e renda, apoiada na valorização salarial e nas políticas de

saúde, educação, habitação, saneamento e transporte. A melhoria da distribuição de renda só será efetiva e duradoura se o combate à inflação for acompanhado de retomada dos investimentos e crescimento do emprego e elevação progressiva e permanente do salário mínimo, que determina o ordenamento do leque salarial.

VIII. FRENTE DAS OPOSIÇÕES E PERSPECTIVAS ELEITORAIS PARA 98

54- A definição da política do PT para 98 implica avaliar o que estará em jogo do ponto de vista eleitoral, os mais prováveis cenários políticos e econômicos, as forças das oposições e as possíveis dissidências fora do campo democrático e popular.

55- O PT tem de consolidar a articulação da Frente das Oposições e dar continuidade à construção de proposta programática e candidatura única, que expressem alternativa ao neoliberalismo e orientem a política de alianças.

56- Apesar da atual correlação de forças, que começa a mudar, vamos disputar as eleições para vencer. Seja como for, devemos fazer das eleições uma batalha cultural, que reverta a hegemonia conservadora, acumulando forças em proveito de um novo projeto nacional de desenvolvimento e crie condições de governabilidade para uma coalizão democrático-popular.

57- A condição para vencer é articular a batalha eleitoral com a mobilização e as lutas sociais.

58- A unidade das forças de oposição tem se consolidado em lutas concretas, a exemplo da luta de apoio à reforma agrária, defesa da Vale, Não à Reeleição, o Bloco Parlamentar que batalhou contra as chamadas reformas da Previdência e administrativa e, finalmente, no protocolo que deu origem à Frente das Oposições.

59- É por isso que o PT reafirma o compromisso com a Frente de Oposições de uma candidatura única com base numa plataforma comum, apoiada em ampla mobilização popular e articulada com um movimento suprapartidário antineoliberal. Reiterando que o PT é o partido em melhores condições de oferecer o nome do candidato comum das oposições. Assim, o PT terá uma candidatura própria, que será apresentada à Frente das Oposições, que formamos com o PDT, o PCdoB e o PSB. Discussões com o PMN, PSTU e PCB, e com o PPS e o PV, buscarão superar as dificuldades atuais, que temos em nossas relações e procurarão fortalecer e ampliar a Frente.

60- A Frente das Oposições deverá exercer uma forte atração sobre dissidências de outros partidos, sobretudo o PMDB, e sobre personalidades políticas para composições nacionais e, sobretudo, regionais, sempre com base na oposição a FHC e na plataforma comum antineoliberal. Com o objetivo de criar um movimento nacional suprapartidário antineoliberal, essa Frente deverá estender-se, igualmente, para organizações da sociedade civil, intelectuais, artistas e personalidades públicas relevantes, como foi, inclusive, decidido pelo Bloco de Oposições.

61- Esse programa deverá ter três eixos fundamentais:

- o nacional, que buscará uma nova ordem internacional, onde cada país terá presença soberana;

- o social, que enfrente o problema da exclusão social da maioria da nossa população;

- o democrático, que reforme radicalmente nosso sistema político, amplie e garanta a cidadania e os direitos humanos e estabeleça mecanismos sólidos de controle do Estado pela sociedade.

Este programa radicaliza a democracia, promove reformas sociais, impede a desnacionalização e desindustrialização do país, promove o desenvolvimento, baseado na distribuição de renda, na expansão do mercado interno, na defesa dos interesses nacionais e será viabilizado por meio de uma reforma tributária capaz de gerar poupança pública para financiar o crescimento, reorganizar os serviços públicos, sobretudo a saúde e a educação, e promover uma reforma democrática do Estado. Esse programa deve implantar políticas de renda mínima, um plano nacional por mais e melhores empregos e salários, realizar a reforma agrária e uma política agrícola objetivando o combate à miséria. Tendo em vista os condicionantes internacionais e as heranças que vamos receber dos governos anteriores, é de fundamental importância que a Frente possua sólida base parlamentar, apoio entre governadores progressistas e, sobretudo, uma sociedade mobilizada, capaz de exigir o cumprimento do Programa de Governo. Sem isso, as oposições arriscam-se a cair na mesmice e revelarem-se incapazes de cumprir seus compromissos de campanha.

62- O PT e a Frente, com base em seu Programa de Governo e nas iniciativas que teve no campo parlamentar, devem pedir ao povo uma nova maioria parlamentar para o Brasil. Um Congresso ético, renovado, popular e progressista.

63- O 11º Encontro Nacional orienta o DN no sentido de adotar uma tática eleitoral que preveja alianças mais amplas que o campo democrático-popular para as disputas estaduais e mesmo nacional, sem cair no sectarismo nem na desfiguração do programa partidário. Que coíba alianças oportunistas ou eleitoreiras, de um lado, e estreitas, de outro.

64- O que deve definir nossas alianças eleitorais é a oposição a FHC e ao neoliberalismo e a rejeição aos partidos de direita. A tática eleitoral e a política de alianças em nível estadual devem estar subordinadas às definições do 11º ENPT.

65- Nosso objetivo será unificar o campo democrático-popular – PT, PCdoB, PSB, PDT – em torno da mesma candidatura à Presidência e aos governos estaduais.

66- A rigor, o PT não deve recuar da experiência de 89 e 94, mantendo a Frente Brasil Popular, com o PSB, PCdoB, e ampliando para o PDT, sem descartar alianças com setores do PMDB e personalidades que se opõem ao neoliberalismo e ao Governo FHC.

67- Devemos, portanto, incorporar a questão da soberania nacional na política de alianças de 98 e a ampliação de alianças regionais. A disputa do centro, de setores e personalidades, particularmente do PMDB, e mesmo do PSDB, que vêm se opondo efetivamente à estratégia de cooptação do governo de FHC deve-se dar em torno de uma candidatura única das Oposições, que faça evoluir os acordos pontuais – defesa da Vale, Não à Reeleição, apoio à reforma agrária – para um acordo programático de governo.

IX. A CONJUNTURA INTERNACIONAL

68- As próximas lutas do povo brasileiro vão ocorrer em quadro internacional mais favorável. Os conservadores de todo o mundo já não podem celebrar seus triunfos, como o faziam até bem poucos anos.

69- Os dois últimos anos têm sido marcados por intensas mobilizações sociais na Europa, hoje devastada pelo desemprego. Na França, Espanha, Bélgica, Grécia e Alemanha, imensas manifestações operárias e de excluídos têm mostrado que amplos setores da sociedade não estão dispostos a pagar o preço dos ajustes monetaristas.

70- A vitória dos Trabalhistas no Reino Unido, independente da discussão sobre o tipo de programa aplicado, tem um significado simbólico forte e positivo para os setores populares. Mais importante foi a vitória dos socialistas franceses, em aliança com os verdes, os comunistas e personalidades independentes. Foi a mais dura derrota da direita conservadora neoliberal.

71- Na América Latina, os sintomas de desgaste do neoliberalismo são também evidentes. O programa neoliberal mexicano afundou depois de Chiapas e da crise cambial de dezembro de 1994. A vitória de Cárdenas na Cidade do México e a derrota do PRI [Partido Revolucionário Institucional] nas eleições parlamentares abrem caminho para uma vitória do PRD [Partido Revolucionário Democrático] nas eleições presidenciais no ano 2.000. Na Nicarágua, mesmo derrotados, os sandinistas tiveram uma grande votação e mantêm o novo governo sob intensa pressão popular. A FMLN [Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional] teve uma estrondosa vitória em El Salvador. O processo de paz na Guatemala coloca a UNRG [União Nacional Revolucionária Guatemalteca] em condições eleitorais favoráveis. No Equador, o anúncio de medidas neoliberais provocou uma quase insurreição, que derrubou o presidente da República. Mobilizações populares na Venezuela, Colômbia e Argentina mostram que amplos setores da sociedade não estão mais dispostos a aceitar passivamente o receituário dos ajustes conservadores.

72- Na Argentina, cresce a força da oposição, e o recente protocolo entre a Frepaso [Frente País Solidário] e a UCR [União Cívica Radical] aponta para uma vitória das forças anti-Menem e para a derrota da coalizão neoliberal.

73- O fracasso de Fujimori [Peru] e a derrota da coalizão neoliberal na Bolívia só confirmam a fragilidade do modelo neoliberal.

74- No Brasil, o PT e os partidos que formam a frente antineoliberal devem tirar todas as conseqüências das vitórias da esquerda na América Latina. Devem considerar sempre que somos o país mais importante do hemisfério sul e que o Governo FHC e o modelo neoliberal serão defendidos com todos os recursos pela comunidade financeira internacional, o que coloca na ordem do dia a solidariedade militante e a articulação entre os partidos de esquerda e a construção de uma política externa de relações diplomáticas e comerciais de novo tipo.

75- O 7º Foro de São Paulo, criado por iniciativa do PT, realizado em Porto Alegre, revelou-se um espaço com contradições internas, mas importante para a articulação de forças democráticas e progressistas da América Latina e do Caribe, para construir uma alternativa ao neoliberalismo.

76- Devemos nos aproximar, também, dos partidos e movimentos sociais em oposição ao neoliberalismo na Europa, especialmente no momento em que teremos que enfrentar o projeto do governo dos EUA para a ALCA.

X. O SOCIALISMO

77- O socialismo é uma questão presente nas lutas de hoje, como problema teórico e político. A crise das experiências socialistas no século XX não significa que as questões que tentaram enfrentar estejam resolvidas. Ao contrário, esses problemas estão mais vivos do que nunca. Há quase um bilhão de desempregados no mundo, e seu número cresce nos países desenvolvidos. A exclusão, o desemprego e a precarização do trabalho não são consequência apenas de recessões, como ocorria no passado, mas resultado de uma forma perversa de crescimento.

78- A hegemonia das idéias liberais transformou a estabilidade monetária em valor supremo. Para alcançá-la, destróem-se programas sociais, desindustrializam-se regiões ou países, eliminam-se dezenas de milhares de empregos. Vivemos uma era de desconstrução nacional e social. Ao mesmo tempo, crescem os monopólios e concentra-se a riqueza: 80% do mundo produz e consome apenas 20% da riqueza, enquanto 20% produz e consome 80%. Menos de 500 pessoas detêm metade da riqueza mundial.

79- Essa polarização social corrói os laços de solidariedade, privatiza cada vez mais homens e mulheres, lançando-os em competição selvagem, estimula o racismo, o fanatismo religioso e todas as formas de fundamentalismo.

80- Um novo projeto socialista contemporâneo deve dar conta dos grandes problemas onde o socialismo do século XX acabou fracassando: promover o crescimento acelerado da economia, que os países periféricos exigem, realizando um processo sustentado de distribuição de riqueza. É fundamental mudar radicalmente a organização dos processos de trabalho em todas as esferas da atividade econômica, fazendo com que as atividades produtivas sejam cada vez mais momentos criativos de autoconstrução individual e coletiva.

81- Mas o socialismo exige, sobretudo, a socialização da política. Por esta razão, há uma ligação umbilical entre socialismo e democracia. A democracia é uma conquista dos trabalhadores e não um presente das classes dominantes. A estratégia de construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, acompanhado da perspectiva de uma revolução democrática e de uma nova economia sustentável e solidária recolocam os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo, responsável pela desconstituição nacional e social do País.